

arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974



65 Clas. PER
& Administração

ex. 2

PER.
259

Curriculum Superior de Arquivo

CRÔNICA.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE

Todo santo mês, recebo com agrado o folheto que o carteiro me traz.

É o MAN, boletim do Arquivo Nacional. Raul Lima, diretor do órgão, conseguiu esta coisa surpreendente: leitores para uma publicação oficial.

Como? Apenas, contando jornalisticamente o que vai por sua repartição, os serviços que se ampliaram ou reorganizaram, o que ali se estuda e produz. Não é demonstração vaidosa; eu diria prestação de contas, em termos de comunicação atual. Pouco se sabe do que fazem nossas agências administrativas, fora da publicidade política e dos relatórios indigestos. Quando uma abre as portas à curiosidade pública, revelando-nos o seu dia-a-dia de trabalho a gente se espanta. E curte a satisfação do acionista a quem a diretoria da empresa, em assembleia-geral, exibe os dividendos do exercício. Gordos.

Pois a nova imagem do Arquivo dá gosto ao contribuinte: dinheiro bem investido em serviço que abandonou a rotina e aplica métodos produtivos, com imaginação criadora. O resultado é que o ambiente de trabalho atrai outros trabalhadores. Basta ver o número de estudiosos que acorrem à Praça da República, 26 — mina de ouro para a pesquisa histórica. Mirtes Palermo, de S. Paulo, rastreia a maçonaria na evolução do Brasil; Odilon Túlio, Deputado pelo Paraná, quer saber do Barão do Serro Azul; Marinete Santos, de São Gonçalo, vira-se para a urbanização no recôncavo da Guanabara na primeira metade do século XIX; Valdemar Barbosa, de Belo Horizonte, aprofunda-se na contribuição de Minas para a Independência; Marivone Chaim, de Goiás, consulta as leis sobre índios goianos no século XVIII; Herbert Klein da Universidade de Columbia, Nova Iorque, mergulha na história demográfica do Império. Oito ao acaso; são dezenas de pesquisadores, do Brasil e do estrangeiro, que lá estão debruçados sobre papel, em ambiente acolhedor, enquanto Raul Lima dinamiza o velho Arquivo, a que José Honório Rodrigues dera já um saudável empurrão para a frente.

Com tanto que fazer, o Raul, num destes dias de maio, ainda foi à ABI, levar uma peça rara para exposição comemorativa do aniversário da Lei Áurea: a 3.353 em pergaminho, com letras coloridas e desenhos. Logo que a exposição acabou (isto não consta do boletim, é reportagem minha), Raul pegou da lei para recolhê-la ao Arquivo, antes que um colecionador distraído a metesse na pasta, como se fosse um vespertino. Mas era noite, a repartição estava fechada, e o diretor, guardião zeloso, levou o pergaminho para casa, onde estaria seguro. Na manhã seguinte, antes de ir para o Arquivo, lembrou-se de mostrá-lo à sua cozinheira, uma paraibana que não esperou pelo Mobral para se alfabetizar: paga a uma colega que tem curso primário, e que lhe ministra aulas à noite. O quarto de dormir de Maria é miniatura de escola e exemplo de independência cívica.

— Olhe aqui, Maria, naqueles tempos trabalhadores eram escravos. Labutavam de graça, sofriam maus tratos e eram vendidos como gado. Mas a lei escrita neste papel acabou com isso. Foi uma Princesa que ficou sendo chamada de Redentora. Repare na assinatura dela aquí há 84 anos.

Maria fitou o pergaminho com olhos de ver além do pergaminho, ficou um instante parada, meditando. O fruto da meditação surgiu desta pergunta:

— E... não mataram ela, doutor?

Raul Lima, perplexo diante dessa "extraordinária intuição política" achou mais pedagógica, por enquanto, não explicar por miúdo à Maria que matar, propriamente, não *mataram ela*, ninguém pensou em matar. Ele espera que, aprimorada a instrução de sua auxiliar culinária, esta possa ler em um compêndio qualquer de História, e entender, o que Cotegipe respondeu à Princesa Isabel, quando a Regente, lhe perguntou se não fora uma boa coisa acabar com a lepra da escravidão:

— Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu o seu trono.

Arquivo & Maria.